

# MODELO DE LETRAMENTO DIGITAL PARA MULHERES ADOLESCENTES DE COMUNIDADES PERIFÉRICAS DO ESTADO DA BAHIA-BRASIL

JAQUELINE SILVA DE SOUZA\*

JOSÉ CARLOS SALES DOS SANTOS\*\*

MARIA CRISTINA VIEIRA DE FREITAS\*\*\*

**Resumo:** *Esta proposta baseia-se em questões científicas do campo da Ciência da Informação, que procuram garantir o acesso à informação e às TIC para mulheres e adolescentes através do letramento digital. Dessa forma, o seu objetivo é propor um modelo de letramento digital para mulheres adolescentes de comunidades periféricas do estado da Bahia, Brasil, para reforçar o seu papel e a sua participação no desenvolvimento da sua comunidade. Assim, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica e documental de nível descritivo e natureza qualitativa. Os resultados apresentam investigações iniciais que justificam os contributos desta investigação para minimizar as lacunas de desigualdade digital de gênero e de informação das mulheres adolescentes de comunidades periféricas. As considerações parciais sugerem novos estudos que tenham como objetivo diminuir a diferença de poder entre os gêneros para garantir um futuro mais igualitário.*

**Palavras-chave:** *Bahia, Brasil; Escolas públicas; Igualdade de gênero; Letramento digital; Mulheres adolescentes.*

**Abstract:** *This proposal is based on scientific issues in the field of Information Science, which seek to guarantee access to information and ICT for women and adolescents through digital literacy. Its aim is to propose a digital literacy model for adolescent women from peripheral communities in the state of Bahia, Brazil, in order to strengthen their role and participation in the development of their community. The research was descriptive and qualitative in nature. The results present initial investigations that justify the contributions of this research to minimizing the gaps in digital gender inequality and information for adolescent women from peripheral communities. The partial considerations suggest further studies aimed at reducing the power gap between the genders in order to guarantee a more egalitarian future.*

**Keywords:** *Bahia, Brazil; Public schools; Gender equality; Digital literacy; Adolescent women.*

## INTRODUÇÃO

A convergência entre direito e acesso à informação vem sendo alvo dos interesses de pesquisa da Ciência da Informação (CI), onde é consensual a compreensão de que «a cidadania não se constrói apenas a partir do acesso material à informação, mas deve compreender também a capacidade de interpretação da realidade e de construção de significados pelos indivíduos» (Vitorino e Piantola 2011, p. 101). A Organização das

---

\* Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). Universidade Federal da Bahia (UFBA). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Email: jaqueline.souza@univasf.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5743-780X>.

\*\* Universidade Federal da Bahia (UFBA). Email: jsalles@ufba.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1758-3639>.

\*\*\* Universidade Coimbra. Email: cristina.freitas@fl.uc.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3738-8945>.

Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) vem defendendo a educação para a informação como parte da formação de qualquer cidadão, em qualquer nação, no sentido de fomentar o direito à informação e à liberdade de expressão como instrumentos de construção e sustentação democrática. Porém, para acompanhar o cenário tecnológico é necessária a compreensão e capacidade de interpretar e desenvolver habilidades do letramento informacional.

Para Gasque (2010), o letramento informacional é o reconhecimento da necessidade de informação para a realização da busca, organização e uso. E para isso são necessárias habilidades, competências para os comportamentos informacionais que direcionem as pessoas a reconhecerem suas necessidades informacionais, para assim gerar novos conhecimentos para socializar aquilo que foi apreendido. Essas habilidades infocomunicacionais têm sido apoiadas pelas novas tecnologias da informação e comunicação (Borges 2018).

O início do século XXI foi marcado por grandes transformações que mudaram os setores sociais e o comportamento dos cidadãos. No novo contexto, saber escrever e ler, sem dominar a utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC), significa ser socialmente excluído. Assim, as TIC implicam exclusão social (Maleane 2016), uma vez que a maioria da informação e do conhecimento está relacionada através destas ferramentas.

Mesmo nos países desenvolvidos, apesar de as pessoas em geral terem condições sociais razoáveis, o acesso às TIC continua a ser condicionado por fatores relacionados com a localização geográfica, nível educacional, sexo, idade, identidade sexual e rendimentos. Se transferirmos este fato para países em desenvolvimento, em particular o Brasil, a economia, as infraestruturas e as políticas são ainda mais deficientes, o que reduz o acesso à informação e às TIC de forma muito mais ampla. Dessa forma, se os governos não se organizarem para garantir o acesso das pessoas às TIC, o letramento digital destas e a exclusão social aumentarão automaticamente.

Esta lacuna digital é exacerbada quando se intersecta com o gênero, pois ainda há um longo caminho a percorrer para que as mulheres sejam reconhecidas na área profissional das TIC. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Organizações das Nações Unidas (ONU) são um exemplo do combate dessa lacuna. Mas, apesar disto, as mulheres continuam a ser as mais excluídas na prática, uma circunstância à qual se acrescentam outros problemas, tais como a violência contra as mulheres, elevada mortalidade materna, baixos níveis de educação, menos empregos para as mulheres e baixa remuneração (Casimiro 2014; Karberg 2015).

De acordo com os aspectos apresentados e também infraestruturais (acesso e conectividade) e do contexto (políticas, educação, cultura), e para cumprir os ODS, especificamente o ODS 4 sobre educação inclusiva e o ODS 5 sobre igualdade de gênero,

se propõe a pesquisa de tese de doutorado: Um modelo de letramento digital para mulheres adolescentes de comunidades periféricas do estado da Bahia, Brasil.

Dessa forma, o objetivo da presente investigação é apresentar resultados iniciais que justificam a pesquisa, de caráter mais amplo, de tese.

Os resultados indicam a necessidade de mais investigações científicas em âmbito internacional sobre a desigualdade digital de gênero e de iniciativas de projetos na área de igualdade de gênero em colégios estaduais do estado da Bahia, Brasil. Considera-se, assim, a importância da proposta de tese para ampliação da literatura da área.

## 1. AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em setembro de 2015 os chefes de Estado e de Governo e altos representantes se reuniram na sede das Nações Unidas em Nova Iorque para a criação dos novos ODS, um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, agenda 2030.

A agenda 2030 tem como objetivo:

*promover um mundo de respeito universal dos direitos humanos e da dignidade humana, do Estado de Direito, da justiça, da igualdade e da não discriminação; do respeito pela raça, etnia e diversidade cultural; e da igualdade de oportunidades que permita a plena realização do potencial humano e contribua para a prosperidade compartilhada. Um mundo que investe em suas crianças e em que cada criança cresce livre da violência e da exploração. Um mundo em que cada mulher e menina desfruta da plena igualdade de gênero e no qual todos os entraves jurídicos, sociais e econômicos para seu empoderamento foram removidos. Um mundo justo, equitativo, tolerante, aberto e socialmente inclusivo em que sejam atendidas as necessidades das pessoas mais vulneráveis (ONU 2015).*

Dessa forma, os 17 ODS buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. Eles são integrados, indivisíveis e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, o social e o ambiental.



Fig. 1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)  
Fonte: ONU [2023].  
<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>

O objetivo 5, da agenda supramencionada, é de igualdade de gênero. Este é de extrema importância para a construção de uma sociedade justa e equitativa, onde todas as pessoas possam desfrutar dos mesmos direitos e oportunidades, independentemente de seu gênero. Um processo contínuo que exige a colaboração de todos os setores da sociedade para alcançar uma mudança real e duradoura, para a eliminação de todas as formas de discriminação de gênero nas suas intersecções como raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade. Em especial para as meninas e mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas, de acordo com os ODS. Necessários para atingir os seguintes objetivos:

Dados os expostos, a busca pela igualdade de gênero envolve a promoção de mudanças sociais, culturais e políticas que visam eliminar estereótipos de gênero e práticas discriminatórias. Isso inclui o reconhecimento e o respeito pelos direitos e escolhas individuais, independentemente do gênero.

**Tabela 1.** Objetivo 5: Alcançar a Igualdade de Gênero e Empoderar todas as Mulheres e Meninas

N	Meta
5.1	Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte
5.2	Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos
5.3	Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas
5.4	Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais
5.5	Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública
5.6	Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão
5.a	Empreender reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais
5.b	Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres
5.c	Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, em todos os níveis

Fonte: ONU [2023]

## 1.1. Igualdade de Gênero

Para a Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual (CPDS), gênero é uma expressão usada com a intenção de diferenciar a dimensão biológica da dimensão social. A indicação biológica de ser homem ou mulher é equivalente como divide a biologia, entre machos e fêmeas. E na dimensão social leva em conta fatores culturais, o que traz a afirmação de que «homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência direta da anatomia de seus corpos» (Coordenação... 2014).

Para Beleza e Anjinho (2015), igualdade de gênero é considerada como um comando de não discriminação e de oferta de caminhos para uma igualdade de oportunidades entre dois grupos de seres que, hierarquizados entre si por leis e costumes aparentemente ubíquos e imemoriais, e só estariam separados (diferenciados) pela natureza.

Dessa forma, é de grande importância enfatizar que a igualdade de gênero não se restringe apenas às mulheres, envolve também desafios que podem afetar homens, pessoas não-binárias e transgêneros. Todos devem ter o direito de viver livremente, sem discriminação em relação ao seu gênero.

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), instituída em 18 de dezembro de 1979, no quadro da ONU, com o objetivo de promover os direitos das mulheres, é o principal instrumento internacional na luta pela igualdade de gênero e para a liberação da discriminação. Entrou em vigor na ordem jurídica internacional em setembro de 1981. E em 1999, foi adotado o Protocolo Opcional da CEDAW para que as mulheres que tivessem seus direitos violados e que tivessem as possibilidades de recurso esgotadas nas instâncias nacionais pudessem recorrer ao Comitê.

A CEDAW indica no seu artigo 1.º que:

*toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo que tenha por objecto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente do seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, económico, social, cultural e civil ou em qualquer campo (ONU 1979).*

O Brasil ratificou a Convenção da Mulher em 20 de março de 1984 através do Decreto n.º 89.460, devido a incompatibilidade entre a legislação brasileira, então pautada pela assimetria entre os direitos do homem e da mulher. Em 13 setembro 2002, este foi revogado com o novo Decreto n.º 4.377 para atender ao protocolo adicional à Convenção.

Portugal assinou-a no dia 24 de abril de 1980 e ratificou-a através da Lei n.º 23/80, tendo assim entrado em vigor na ordem jurídica portuguesa no dia 3 de setembro de 1981.

Todas as legislações citadas foram baseadas na Carta das Nações Unidas que reafirma a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos do homem e da mulher e na Declaração Universal dos Direitos Humanos que reafirma o princípio da não-discriminação e proclama que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e que toda pessoa pode invocar todos os direitos e liberdades proclamados em Declaração, sem distinção alguma, inclusive de sexo.

## 1.2. Desigualdade Digital de Gênero (DDG)

A Desigualdade Digital refere-se às diferenças entre os grupos sociais no acesso e uso das TIC. Esse distanciamento é percebido também quando se trata de gênero. Segundo Rotondi et al. (2020), no seu estudo *Desigualdade Digital de Gênero na América Latina e Caribe*, entre os 17 dos 23 países da região analisados, menos mulheres declararam possuir celulares em comparação com homens. E mulheres de baixa escolaridade que vivem em áreas rurais são as que menos utilizam a Internet indicando assim a problemática da DDG.

Segundo Martínez Domínguez e Gómez Navarro (2019, p. 226), a brecha digital «é um fenômeno multifatorial que está ancorado nas desigualdades históricas, sociais, econômicas, educacionais, entre outras, onde o aspecto tecnológico se expressa como mais uma exclusão». Assim, são necessárias investigações sobre DDG para analisar os desafios ainda necessários e os avanços já encontrados neste âmbito.

## 2. A EDUCAÇÃO E A IGUALDADE DE GÊNERO

Paulo Freire (1987) indica que a educação contribui para a transformação da realidade do oprimido. Assim, a educação modifica a qualidade das vidas das pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade. Para Epifânio (2020) «as políticas educacionais oferecidas pelo Estado obstaculizam os processos de mudanças e transformações, sejam elas em que plano for», principalmente na formação de novos conceitos sobre intolerância, discriminação e preconceitos, concernente a igualdade entre os gêneros. Dessa forma, é necessária a criação de projetos na área da educação que sejam inovadores para a transformação desta realidade.

## 3. METODOLOGIA

Para atender o objetivo da presente investigação de apresentar resultados iniciais que justificam a pesquisa, de caráter mais amplo, de tese, estabeleceu-se a técnica de pesquisa bibliográfica segundo Boccato (2006, p. 266), que busca a resolução de um problema por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. E pesquisa documental que, segundo Gil (2008), apresenta algumas vantagens por ser «fonte rica e estável de dados» e possibilita uma leitura aprofundada das fontes.



Fig. 2. Programas e Projetos da Secretaria da Educação do Estado da Bahia  
Fonte: Secretaria da Educação do Estado da Bahia, 2023.  
<http://www.educacao.ba.gov.br/programasprojetos>

De pesquisa qualitativa, que de acordo com Creswell (2007, p. 187), é fundamentalmente interpretativa, ou seja, o pesquisador faz uma interpretação dos dados partindo de uma visão holística dos fenômenos sociais. Uma análise minuciosa, preocupando-se com dados obtidos em toda sua complexidade, respeitando ao máximo a forma como foram registrados ou transcritos.

Dessa forma, a investigação foi realizada em etapas:

- Etapa I – Pesquisa de projetos na área de igualdade de gênero em colégios estaduais do estado da Bahia, Brasil:
  - a) identificação da *homepage* da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEEB);
  - b) pesquisa no *site*;
  - c) localização no *site* da aba correspondente aos programas e projetos;
  - d) levantamento documental na *homepage* da SEEB na aba de programas e projetos desenvolvidos pela SEEB, em colégios estaduais. A coleta dos dados ocorreu no mês de junho de 2023.
- Etapa II – Desigualdade digital de gênero em estudos em âmbito internacional:
  - a) em primeiro momento, realizou-se um levantamento bibliográfico na base de dados Scopus utilizando-se os termos «*gender digital women*», com a inserção do operador booleano AND entre os termos. Optou-se pela busca por título, recuperando-se 41 documentos.

b) para a seleção dos artigos definiu-se o critério disponibilidade em acesso aberto. Assim, dos 41 textos recuperados apenas 9 (nove) documentos foram indicados para a revisão final. Não houve delimitação cronológica, buscando-se todos artigos. A coleta dos dados ocorreu no mês de maio de 2023.

#### 4. RESULTADOS

Os resultados foram organizados a partir dos projetos e programas da SEEB identificados, que foram:

O levantamento documental na *homepage* da SEEB, na aba de programas e projetos, recuperou 32 documentos referentes a quantidade de projetos desenvolvidos em colégios estaduais. Para análise dos resultados, foram indicadas informações articuladas dos projetos com ênfase no título, objetivo e temática. Seguem:

Tabela 2. Programa e Projetos SEEB

N	Título	Objetivo	Abordagem Temática
1	<i>Artes Visuais Estudantis – AVE</i>	Estimular a criação de obras de artes visuais nos contextos escolares, assim como a valorização das expressões culturais regionais	Cultura
2	<i>Capoeira nas escolas</i>	Incluir a capoeira como prática educativa na rede pública de ensino	Desporto
3	<i>Centros Juvenis de Ciência e Cultura</i>	Promover atividades lúdicas em ambientes interativos e ampliar a jornada escolar	Tecnologia
4	<i>Educação Patrimonial e Artística</i>	Promove o exercício do direito à cultura, para a defesa dos valores históricos e artísticos	Cultura
5	<i>Ensino Médio com Intermediação Tecnológica</i>	Promover o uso de rede de serviços de comunicação multimídia que integra dados, voz e imagem	Tecnologia
6	<i>Ensino Médio Inovador</i>	Induzir a reestruturação dos currículos ensino médio na perspectiva da Educação Integral	Educação
7	<i>Fanfarras Escolares</i>	Contribuir para a efetivação da Lei n.º 11.769/2008, que inclui o ensino de atividades musicais no currículo da educação básica	Arte
8	<i>Festival Anual da Canção Estudantil – Face</i>	Promover o desenvolvimento das diversas expressões da arte (literária e musical)	Arte
9	<i>Gestar</i>	Promover a formação dos professores de língua portuguesa e de matemática	Educação
10	<i>Jogos Estudantis da Rede Pública – Jerp</i>	Consolidar a identidade dos Jogos Estudantis da Rede Pública da Bahia ao Sistema Educacional	Desporto
11	<i>Juventude em Ação</i>	Promover a formação de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida	Meio Ambiente
12	<i>Mais Educação</i>	Contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens em escolar diferentes ações	Educação
13	<i>Mídias e Tecnologias Educacionais</i>	Estimular as inovações e o uso das tecnologias como instrumento pedagógico	Tecnologia

(continua na página seguinte)

<b>N</b>	<b>Título</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Abordagem Temática</b>
14	<i>Municipalização</i>	Transferir matrículas dos alunos do ensino fundamental do estado para as redes municipais	Educação
15	<i>Pacto com Municípios pela Alfabetização</i>	Melhorar a educação básica nas escolas públicas estaduais e municipais da Bahia	Educação
16	<i>Pacto Ensino Médio – Bahia</i>	Promover a valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógico	Educação
17	<i>PAIP – Projeto de Acompanhamento, Avaliação e Intervenção Pedagógica</i>	Atingir a qualidade do ensino e da aprendizagem em todos os níveis e modalidades	Educação
18	<i>ProEASE – Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional</i>	Fortalecer a Educação Ambiental na escola	Meio Ambiente
19	<i>Programa de Apoio à Educação Municipal – Proam</i>	Apoiar os municípios na organização dos seus processos pedagógicos e burocráticos no campo educacional	Educação
20	<i>Programa de Educação Integral – ProEI</i>	Efetivar a integralização dos diversos programas indutores da Educação Integral	Educação
21	<i>Programa de Educação Matemática</i>	Fortalecer a aprendizagem matemática nos estudantes das escolas públicas do Estado	Educação
22	<i>Programa de Uso Racional de água e energia nas escolas</i>	Incorporar valores voltados ao exercício da cidadania no trato com a água e energia, incentivando o consumo sustentável	Meio Ambiente
23	<i>Programa Estadual de Transporte Escolar – Pete/ Ba</i>	Diminuir os índices de repetência e evasão escolar	Educação
24	<i>Projeto de prevenção ao uso abusivo de drogas nas escolas</i>	Capacitar gestores e educadores das instituições educacionais do Estado da Bahia no que diz respeito à Prevenção do Uso Abusivo de Drogas	Drogas
25	<i>Pronatec</i>	Promover qualificação profissional e educação integral dos estudantes	Educação
26	<i>Revitalização de Escolas</i>	Fortalecer a relação escola-comunidade e estimular o planejamento pedagógico	Educação
27	<i>Projovem Campo – Saberes da Terra</i>	Desenvolver políticas públicas de Educação do Campo e de Juventude que oportunizem a jovens agricultores familiares	Agricultura Familiar
28	<i>Sistema de Avaliação Baiano da Educação – Sabe</i>	Subsidiar o monitoramento da qualidade da educação das redes públicas (estadual e municipais)	Educação
29	<i>Tempos de Arte Literária – TAL</i>	Estimular a produção literária nos ambientes escolares e a valorização das manifestações culturais regionais	Cultura
30	<i>Todos pela Alfabetização - TOPA</i>	Respeitar o direito à cidadania, ao aprendizado e assegurar uma educação de qualidade	Educação
31	<i>Todos pela Escola</i>	Garantir aos estudantes o direito de aprender	Educação
32	<i>Trilha – Projovem Urbano</i>	Inserir jovens em atividades produtivas, seja em postos formais de trabalho ou em atividades empreendedoras para a geração de renda	Empreendedorismo

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

Os resultados foram organizados em categorias elaboradas a partir das temáticas dos projetos:

**Tabela 3.** Temáticas dos Projetos

Temática dos Projetos	Quantidade
Agricultura Familiar	1
Arte	2
Cultura	3
Desporto	2
Drogas	1
Educação	16
Empreendedorismo	1
Meio Ambiente	3
Tecnologia	3
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

Observa-se a escassez de projetos relacionados ao tema igualdade de gênero, desenvolvidos em colégios estaduais do estado da Bahia. Dessa forma, não foram identificados projetos referentes ao objetivo 5 — igualdade de gênero dos ODS da agenda 2030 da ONU. De acordo com a afirmação de Epifânio (2020), que indica que as políticas educacionais oferecidas pelo Estado não favorecem as mudanças na formação de novos conceitos sobre intolerância, discriminação e preconceitos, concernente a igualdade entre os gêneros.

- Etapa II – Desigualdade digital de gênero em estudos em âmbito internacional: Os resultados foram organizados em categorias elaboradas a partir do tipo de documentos selecionados, que foram:
  - 3 artigos, os quais foram publicados nos anos de 2019, 2020 e 2022.
  - 3 capítulos de livro, os quais foram publicados nos anos de 2015, 2019 e 2020.
  - 1 Observação publicada em 2020.
  - 1 Análise publicada em 2020.
  - 1 conferência publicada em 2011.

Observa-se a escassez de publicações em 2012 a 2014, assim como a ascensão na quantidade de produções no ano de 2020 e a ausência de publicações no ano de 2021.

Os documentos encontrados contemplaram o período entre os anos de 2011 e 2022.

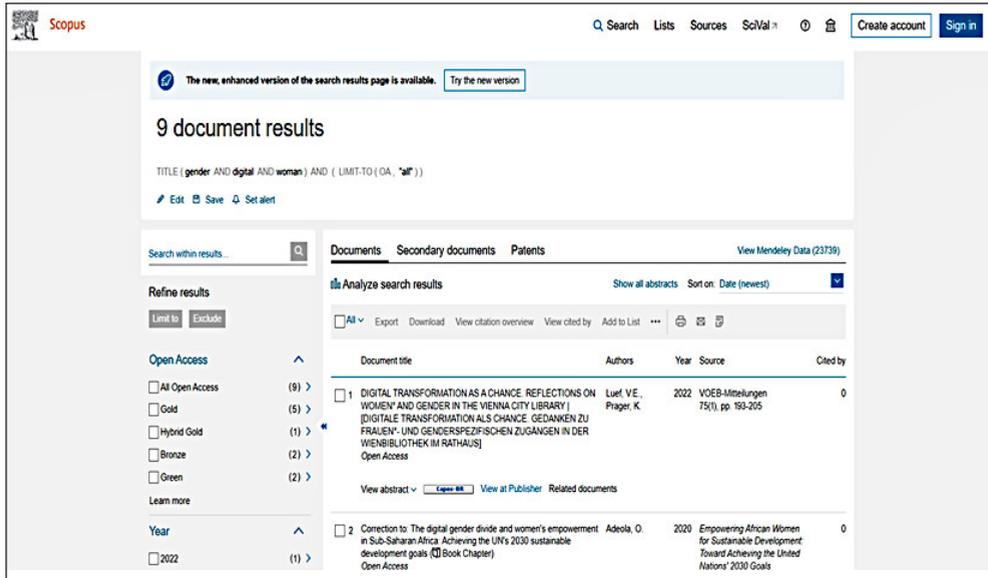


Fig. 3. Homepage Scopus – Resultados  
Fonte: Scopus, 2023

Segue Tabela 4 com os documentos identificados:

Tabela 4. Documentos

N	Autor	Título/Link	Ano/Documento	País/Território
1	Luef, E., Prager, K.	<i>Digital Transformation as a Chance. Reflections on Women* and Gender in the Vienna City Library</i> <a href="https://journals.univie.ac.at/index.php/voebm/article/view/6887">https://journals.univie.ac.at/index.php/voebm/article/view/6887</a>	2022 Artigo	Áustria
2	Adeola, O.	<i>The digital gender divide and women's empowerment in Sub-Saharan Africa: Achieving the UN's 2030 sustainable development goals</i> <a href="https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-59102-1_1">https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-59102-1_1</a>	2020 Capítulo de Livro	Nigéria
3	Cerit, J., Dinadarian, A., Cilo-Van Norel, N.	<i>Women, AI, and the Power of Supporting Communities: A Digital Gender-Support Partnership</i> <a href="https://www-sciencedirect.ez10.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/S266638992030009X">https://www-sciencedirect.ez10.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/S266638992030009X</a>	2020 Observação	Alemanha

(continua na página seguinte)

N	Autor	Título/Link	Ano/Documento	País/Território
4	Cabrera, T. M., Bustamante, G. A.	<i>Woman-subject and the gender-based digital gap. Discourses and practices from the governmentality in Latin America</i>  <a href="https://repositorio.uchile.cl/handle/2250/190658">https://repositorio.uchile.cl/handle/2250/190658</a>	2020 Análise	Chile
5	Muttaqin, A.	<i>Women's identity in the digital islam age: Social media, new religious authority, and gender bias</i>  <a href="https://journal.iainkudus.ac.id/index.php/QJIS/article/view/7095">https://journal.iainkudus.ac.id/index.php/QJIS/article/view/7095</a>	2020 Artigo	Indonésia
6	Churchill, B., Craig, L.	<i>Gender in the gig economy: Men and women using digital platforms to secure work in Australia</i>  <a href="https://journals-sagepub-com.ez10.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1177/1440783319894060">https://journals-sagepub-com.ez10.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1177/1440783319894060</a>	2019 Artigo	Austrália
7	Larsson, A., Viitaoja, Y.	<i>Identifying the digital gender divide: How digitalization may affect the future working conditions for women</i>  <a href="https://www.taylorfrancis.com/chapters/oa-edit/10.4324/9780429317866-14/identifying-digital-gender-divide-anthony-larsson-yamit-viitaoja">https://www.taylorfrancis.com/chapters/oa-edit/10.4324/9780429317866-14/identifying-digital-gender-divide-anthony-larsson-yamit-viitaoja</a>	2019 Capítulo de Livro	Suécia
8	Kwami, J. D.	<i>Gender, entrepreneurship, and informal markets in Africa: Understanding how ghanaian women traders self-organize with digital tools</i>  <a href="https://www.igi-global.com/gateway/chapter/128525">https://www.igi-global.com/gateway/chapter/128525</a>	2015 Capítulo de Livro	Estados Unidos
9	Lima, T. C., Reis, J. C. dos	<i>Gender in the digital age: Women's participation in designing social software</i>  <a href="https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-642-22098-2_90">https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-642-22098-2_90</a>	2011 Trabalho de Conferência	Brasil

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

## CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

As considerações endossam que a educação é transformadora, porém quando se trata da temática sobre igualdade de gênero, esta ainda não é abordada em programas e projetos educacionais em colégios públicos estaduais da Bahia.

Constatou-se um contexto de necessidade de implementação de projetos de formação de novas concepções sobre a igualdade entre os gêneros para serem desenvolvidos pela SEEB. Sugerem-se então novos estudos para garantir um futuro mais igualitário para nossa

sociedade. Justificativa para a pesquisa de doutorado sobre igualdade de gênero e letramento digital de mulheres adolescentes nos colégios públicos da Bahia.

Os estudos em âmbito internacional sobre o tema DDG são emergentes e necessitam de ampliação na literatura. Pois, como afirma a ONU através dos seus estudos, esta temática impacta em áreas como: empregabilidade de mulheres, saúde reprodutiva e autonomia corporal. E sem acesso a informação elas não são capazes de tomar suas próprias decisões.

A igualdade de gênero é um objetivo fundamental para construir uma sociedade justa e equitativa, onde todas as pessoas possam desfrutar dos mesmos direitos e oportunidades, independentemente de seu gênero. É um processo contínuo que requer o envolvimento de todos os setores da sociedade para promover mudanças reais e duradouras.

Dessa forma, a ONU sugere novos estudos que tenham como objetivo diminuir a diferença de poder entre os gêneros para garantir um futuro mais igualitário.

Vale ressaltar que essa pesquisa trouxe resultados preliminares de uma pesquisa de caráter mais amplo, explorando a literatura internacional, mais especificamente, aquelas disponíveis na base de dados Scopus, utilizando-se uma delimitação a partir do campo título, no qual possibilitou a recuperação de documentos que abordassem a DDG, para servir como consulta e debate para aqueles interessados no tema.

## REFERÊNCIAS

- 2030VISION, 2017. *Uniting to deliver technology for the global goals* [Em linha] [consult. 2024-08-09]. Disponível em: [https://d306pr3pise04h.cloudfront.net/docs/publications%2FARM\\_2030VisionReport.pdf](https://d306pr3pise04h.cloudfront.net/docs/publications%2FARM_2030VisionReport.pdf).
- BELEZA, T. P., e T. M. ANJINHO, 2015. Igualdade de gênero na Europa. *JURIS – Revista da Faculdade de Direito* [Em linha]. **19**, 49-76 [consult. 2024-08-09]. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/juris.v19i0.5333>.
- BOCCATO, V. R. C., 2006. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. *Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo* [Em linha]. **18**(3), 265-274 [consult. 2024-08-09]. Disponível em: [https://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista\\_odontologia/pdf/setembro\\_dezembro\\_2006/metodologia\\_pesquisa\\_bibliografica.pdf](https://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_odontologia/pdf/setembro_dezembro_2006/metodologia_pesquisa_bibliografica.pdf).
- BORGES, J., 2018. Competências infocomunicacionais: estrutura conceitual e indicadores de avaliação. *Informação & Sociedade*. **28**(1), 123-140.
- CASIMIRO, I., 2014. *Paz na Terra, Guerra em Casa*. 1.ª ed. Recife: Editora UFPE. Disponível em: [http://www.academia.edu/28344549/Paz\\_na\\_Terra\\_Guerra\\_em\\_Casa\\_Feminismo\\_e\\_Organizações\\_de\\_Mulheres\\_em\\_Moçambique](http://www.academia.edu/28344549/Paz_na_Terra_Guerra_em_Casa_Feminismo_e_Organizações_de_Mulheres_em_Moçambique).
- COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A DIVERSIDADE SEXUAL 2014. *Diversidade sexual e cidadania LGBT*. São Paulo: SJD/SP.
- CRESWELL, J. W., 2007. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- EPIFÂNIO, J. L., 2020. Igualdade de gêneros: Concepções tradicionais, resistência e avanços nas relações entre os gêneros. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento* [Em linha]. Ano 05. Ed. 11. **16**, 76-92 [consult. 2024-08-09]. ISSN 2448-0959. Disponível em: <https://doi.org/10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/igualdade-de-generos>.
- FREIRE, P., 1987. *Pedagogia do oprimido*. 23.ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- GASQUE, K. C. G. D., 2012. *Letramento informacional: pesquisa, reflexão e aprendizagem*. Brasília: Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília.
- GASQUE, K. C. G. D., 2010. Arcabouço conceitual do letramento informacional. *Ciência da Informação*. Set-dez. **39**(3), 83-92.
- GASQUE, K. C. G. D., e S. M. de S. COSTA, 2003. Comportamento dos professores da educação básica na busca da informação para formação continuada. *Ciência da Informação*. **32**(3), 54-61.
- GIL, A. C., 2008. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4.ª ed. São Paulo: Atlas.
- GIOIA, D. A., K. G. CORLEY, e A. L. HAMILTON, 2012. Seeking Qualitative Rigor in Inductive Research: Notes on the Gioia Methodology. *Organizational Research Methods* [Em linha]. **16**(1), 15-31 [consult. 2024-08-09]. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1094428112452151>.
- JORENTE, M. J. V., et al., org., 2021. *Curadoria Digital e Gênero na Ciência da Informação: acesso e preservação*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica. 272 p. ISBN 978-65-5954-141-6.
- KARBERG, S., 2015. *Participação Política das Mulheres e a sua influência para uma maior capacitação da Mulher em Moçambique*. [S.l.]: Friedrich Ebert Stiftung.
- LE COADIC, Y.-F., 1996. *A Ciência da Informação*. Brasília: Briquet de Lemos Livros.
- MALEANE, S. O. T., 2016. Tecnologias de informação e comunicação como um meio de inclusão e exclusão social em Moçambique: o caso do ensino superior. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*. **9**(1), 308-309.
- MARCONI, M. de A., e E. M. LAKATOS, 2009. *Fundamentos de metodologia científica*. 6.ª ed. São Paulo: Atlas.
- MARTÍNEZ DOMÍNGUEZ, M. M., e D. GÓMEZ NAVARRO, 2019. Usos del teléfono inteligente en el sector rural de México. Em: A. L. RIVOIR, e M. J. MORALES. *Tecnologías digitales: miradas críticas de la apropiación en América Latina*. Buenos Aires; Montevideo: CLACSO-RIAT, pp. 223-238.
- MARTINS, G. de A., 2006. *Estudo de Caso: Uma estratégia de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- MONTEIRO, M. S. A., 2012. Reconsiderando a etnografia da ciência e da tecnologia. *Tecnociência na prática*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Jun. **27**(79), 139-151.
- ONU, [2023]. *Igualdade de gênero. Os objetivos do desenvolvimento sustentável*. [Em linha]. Nações Unidas, Brasil [consult. 2024-08-09]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>.
- ONU, 2021. *Programas da ONU ajudam a diminuir a desigualdade de gênero online* [Em linha]. Nações Unidas, Brasil [consult. 2024-08-09]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/151393-programas-da-onu-ajudam-diminuir-desigualdade-de-genero-online>.
- ONU, 2015. *Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável* [Em linha]. Nações Unidas, Brasil [consult. 2024-08-09]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>.
- ONU, 1979. *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)* [Em linha] [consult. 2024-08-09]. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao\\_cedaw1.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf).
- RICHARDSON, R. J., 1996. *Pesquisa social: método e técnicas*. São Paulo: Atlas.
- ROTONDI, V., et al., 2020. *Desigualdade digital de gênero na América Latina e Caribe*. Oxford: University of Oxford.
- UNESCO, 2017. *Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Objetivos de aprendizagem* [Em linha] [consult. 2024-08-09]. Disponível em: <https://ods.imvf.org/wp-content/uploads/2018/12/Recursos-ods-objetivos-aprendizagem.pdf>.
- VITORINO, E. V., e D. PIANTOLA, 2011. Dimensões da competência informacional (2). *Ciência da Informação* [Em linha]. **40**(1), 99-110 [consult. 2024-08-09]. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1328/1507>.